



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/DPF/FIG/PR

TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/2021
COMPRAS - CONTRATAÇÃO DIRETA

MJSP - POLÍCIA FEDERAL
(Processo Administrativo nº 08389.002889/2023-69)
Versão modelo AGU: Junho/22, retirado do site da AGU em 24 de abril de 2023.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021)

1.1. Aquisição, parcelada, conforme a necessidade da Administração, de gás liquefeito de petróleo, para as unidades da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Recarga de botijão para gás liquefeito de petróleo - GLP 13 kg, para as Unidades da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR.	461517	Botijão 13 Kg	30	R\$ 113,48	R\$ 3.404,40
2	Recarga de botijão para gás liquefeito de petróleo - GLP 45 kg, para as Unidades da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR.	461515	Botijão 45 Kg	08	R\$ 428,00	R\$ 3.424,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, que deverá ocorrer no máximo até 04/07/2023, data de encerramento do contrato atual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.828,40 (seis mil oitocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’, DA LEI Nº 14.133/2021).

2.1. A aquisição do material visa atender as necessidades diárias de diversos postos da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, tais como Postos de Imigração – Ponte Internacional da Amizade, Ponte Tancredo Neves e Ponte da Integração (segunda ponte BRA-PAR), os quais funcionam vinte e quatro horas por dia, sete dias da semana. A aquisição de recarga de gás é essencial para o bom andamento e desempenho das atividades da Polícia Federal.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- 2.2.1. ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000022/2023
- 2.2.2. Data de publicação no PNCP: 19/01/2023
- 2.2.3. Id do item no PCA: 87 e 88
- 2.2.4. Classe/Grupo: 6830 - GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS
- 2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 200366-33-2022

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘C’, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021).

3.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de consumo GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) para o abastecimento das unidades da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, conforme a demanda.

3.2. Deverão ser fornecidas recargas de botijão para gás liquefeito de petróleo - GLP 13 kg e 45 kg, conforme demanda da Contratante;

3.3. Os botijões deverão conter tampa, lacre de inviolabilidade da válvula de fluxo, rótulo contendo validade e procedência e demais características constantes na Resolução nº. 49/2016 - ANP, e demais legislações em vigor.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA ‘D’, DA LEI Nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) A Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01/2010 e na política nacional de resíduos sólidos instituída por meio da Lei nº 12.305/2010.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133 de 2021, tendo em vista se tratar de contratação de pequeno vulto e objeto de baixa complexidade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).

- 5.1. O prazo de entrega dos itens é de 1 (um) dia útil, contados da emissão de requisição formalizada pela Contratante, em quantitativo especificado por esta e em remessa única.
- 5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes endereços:

ITEM	LOCALIDADE	ENDEREÇO
1	DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR	Av. Paraná, 3471, Centro Cívico, Foz do Iguaçu/PR
	POSTO DA PF NA PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE - PIA	BR 277, Km 730 – Aduana Brasileira
	POSTO DA PF NA PONTE TANCREDO NEVES - PTN	BR 469, Km 1,0 – Aduana Brasileira
	BASE NEPOM FOZ DO IGUAÇU/PR	Rua José do Patrocínio, S/Nº, Vila Portes, Foz do Iguaçu/PR
	POSTO DA PF NA NOVA PONTE DA INTEGRAÇÃO	Parque Residencial Três Fronteiras, Foz do Iguaçu/PR

- 5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **3 (três) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133/21).

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (*caput* do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 6.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).
- 6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.
- 7.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.
- 7.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- Gestão/Unidade: 00001/200366
- Fonte de Recursos: 0100000000
- Programa de Trabalho: 172371
- Elemento de Despesa: 339030

Foz do Iguaçu, data da assinatura eletrônica.

ÂNGELA PATRÍCIA RADECKI SOARES
Agente administrativa

MÁRCIO DE SOUZA DIAS
Agente Administrativo
Chefe do NAD/DPF/FIG/PR

MARCO BERZOINI SMITH
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **MARCO BERZOINI SMITH, Chefe de Delegacia**, em 17/05/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA PATRICIA RADECKI SOARES, Agente Administrativo(a)**, em 16/05/2023, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO DE SOUZA DIAS, Agente Administrativo(a)**, em 16/05/2023, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28989766** e o código CRC **F4741D5C**.